



Investimento em Construção: A chave para o futuro



**Manuel
Reis Campos**
Presidente
da AICCOPN
– Associação
dos Industriais da
Construção Civil e
Obras Públicas

As últimas estimativas apontam para um crescimento do valor bruto da produção da construção, em 2020, de 5,5%, ou seja, de manutenção de uma trajetória de crescimento que é determinante para consolidar o percurso de recuperação da economia nacional. Porém, sem menosprezar a importância de uma efetiva retoma do investimento público, é necessário ter presente que continuará a ser com o contributo do investimento privado e, em especial, de domínios muito concretos como a reabilitação urbana e o investimento estrangeiro no imobiliário português que Portugal poderá, ao longo deste ano, atingir as metas pretendidas.

Como temos afirmado, Portugal não pode ficar à margem de uma Europa que afirma com determinação uma estratégia de liderança, à escala global, da transformação da sua economia para um novo paradigma assente num objetivo muito concreto, o de se tornar no primeiro continente neutro do ponto de vista climático. E, para isso, coloca o setor da Construção e do Imobiliário no centro de uma nova estratégia de crescimento.

Alavancar os nossos pontos fortes e tomar medidas para reforçar a confiança e a atratividade do mercado imobiliário, permitindo o alargamento da reabilitação urbana a todo o território, liderando áreas de futuro como a sustentabilidade, a eficiência energética, a mobilidade, a reabilitação urbana e as cidades inteligentes, é um desafio para concretizar no imediato. O mercado imobiliário Português detém, atualmente, um posicionamento competitivo à escala internacional, que constitui um importante ativo estratégico. Hoje, os investidores

olham para o nosso País enquanto destino de investimento e o nosso produto imobiliário é atrativo. É essencial tirar partido de um território único, com um património histórico e cultural e uma diversidade que tem de ser preservada, mas também potenciada. Estamos perante uma oportunidade única para alargar a Reabilitação Urbana à generalidade do País e, em especial, aos denominados Territórios de Baixa Densidade. A atual conjuntura, que tem sido favorável para o investimento em imobiliário, o bom momento que atravessamos ao nível do turismo e as baixas taxas juro, são fatores não podem ser desperdiçados.

Por isso, o desafio é o combate às nossas fraquezas, sobretudo a falta de planeamento, a permanente instabilidade do quadro legal e fiscal. Definir e concretizar um plano de investimentos estruturantes, assegurar a estabilidade e a competitividade do imobiliário no plano nacional e internacional e apoiar as empresas num momento em que questões como a falta de mão-de-obra qualificada e a proliferação de fenómenos como a ilegalidade, a informalidade e a concorrência desleal colocam em causa o seu regular funcionamento, são questões prioritárias.

Ao invés de olhar para o mercado imobiliário como uma fonte inesgotável de impostos, ou pretender ameaçar programas de captação de investidores estrangeiros com provas dadas, como o regime de tributação dos residentes não habituais ou os vistos gold, que competem com iniciativas similares por toda a Europa, há que assumir a sua importância e, mais importante, a sua capacidade para promover, de forma efetiva, a coesão territorial do País e inverter a desertificação do nosso Interior.